

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Entrelinha 1,5, sem figuras

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

13 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As citações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a eficácia da comunicação em língua portuguesa.

GRUPO I

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO

Políticas do Imperador Otávio César Augusto (63 a.C.-14 d.C.)

Apoderou-se do consulado com vinte anos de idade. Durante dez anos, fez parte do triunvirato. Recebeu o poder tribunicio vitalício.

Refletindo que seria imprudente entregar o Estado ao arbítrio de várias pessoas, decidiu conservar o poder, como fez questão de confirmar num édito: «Que me seja permitido manter o Estado são e salvo e que, em troca, tenha a recompensa que desejo: a de ser reconhecido como o fundador do melhor regime possível e a de levar, ao morrer, a esperança de que os fundamentos do Estado, lançados por mim, permanecerão inabaláveis.»

Foi revestido do pontificado máximo. Aumentou o número, o prestígio e também os privilégios dos sacerdotes. Honrou, quase como se fossem deuses imortais, a memória dos generais que tinham tornado todo-poderoso o povo romano, inicialmente tão fraco. Exerceu a justiça com assiduidade e, por vezes, até à noite.

Fez alterações nas leis, reformulando algumas por completo.

Decidiu criar para si um conselho, com o qual analisaria, antecipadamente, os assuntos a serem tratados nas assembleias plenárias. Nas questões mais importantes, ouvia a opinião dos Senadores, não pela ordem tradicional, mas como lhe apetecia.

Autorizou distribuições de trigo ao povo. Foi extremamente moderado na concessão do direito de cidadania romana e restringiu o número de libertações de escravos.

Os seus jogos foram celebrados não apenas no fórum e no anfiteatro, mas também no circo e no recinto dos Comícios; limitavam-se, por vezes, a espetáculos nos quais os escravos combatiam entre si ou com feras. Proporcionou também lutas de atletas, assim como um combate naval; mostrou condutores de carros, corredores, matadores de feras.

Quanto aos monarcas aliados de Roma, demonstrou a todos uma grande solicitude, como se fossem parte integrante do império, atribuindo mesmo tutores aos príncipes. Também criou e educou, juntamente com os seus próprios filhos, os filhos desses reis.

Embora soubesse que era costume dedicar templos até aos procônsules, não aceitou nenhum em qualquer província sem que o nome de Roma estivesse associado ao seu.

O cognome de «Pai da Pátria» foi-lhe conferido por todos. Então Augusto respondeu: «Que mais posso eu pedir aos deuses imortais, senão ver-vos manter este consenso, até ao último dia da minha vida?»

1. Otávio César Augusto lançou os «fundamentos do Estado» imperial (segundo parágrafo), ao
 - (A) manter as instituições da República, como o Senado e os Comícios, embora esvaziando-as do seu poder efetivo.
 - (B) consolidar as instituições da República, como o Senado e as magistraturas, reforçando as suas funções políticas.
 - (C) criar um conselho, a quem encarregou da feitura das leis e do exercício da justiça.
 - (D) aceitar a autoridade suprema dos generais, a quem o império devia a sua grandeza.

2. As «distribuições de trigo» (sexto parágrafo) e a realização de «jogos» (sétimo parágrafo), na cidade de Roma e no império, permitiram a Otávio e aos imperadores que lhe sucederam
 - (A) promover a ascensão social dos camponeses e o gosto por atividades artísticas.
 - (B) evitar o descontentamento dos plebeus e controlar os focos de conflitualidade social.
 - (C) diminuir a autonomia das colónias e dos municípios e fomentar a submissão a Roma.
 - (D) aumentar as receitas do Estado e o apreço por todas as atividades culturais.

3. O Direito romano, no qual Augusto introduziu «alterações» (quarto parágrafo), desenvolveu-se ao longo de séculos, graças à
 - (A) valorização de normas jurídicas, favoráveis aos povos conquistados, que assentavam no costume e eram transmitidas oralmente.
 - (B) valorização de procedimentos jurídicos que, pela sua diversidade, prejudicaram a unidade dos vários povos que integravam o império.
 - (C) legislação de governadores, conselheiros imperiais, generais e cavaleiros, processo que culminou no Édito de Caracala.
 - (D) legislação de outros imperadores, magistrados, Senado e Comícios, processo que culminou no Código de Justiniano.

4. Os processos de pacificação e de coesão do império romano foram favorecidos pela
 - (A) tolerância face aos governantes locais, que se tornavam senadores de Roma.
 - (B) educação à maneira romana dos filhos de antigos chefes das regiões anexadas.
 - (C) imposição do culto imperial e do culto a Roma com a rejeição dos deuses locais.
 - (D) divinização dos sacerdotes, que eram honrados com um estatuto de privilégio.

GRUPO II

PORTUGAL DE MEADOS DO SÉCULO XIX A 1910: PROGRESSOS E BLOQUEIOS

Documento 1

Uma visão dos anos da Regeneração e da situação do país em 1879

– intervenção de Rodrigues de Freitas⁽¹⁾ na Câmara de Deputados (sessão de 25/04)

No breve relatório do projeto que ontem li à Câmara de Deputados falava eu das deploráveis circunstâncias em que se acha o país.

Não é somente a grandeza do défice e da dívida que me inspira cuidados. As notas em circulação diminuíram também consideravelmente, isto é, houve uma contração do crédito. Não quero dizer que estes factos denotem que a crise se agrava, mas ninguém ainda pode garantir se proximamente uma crise não devastará o país.

Existe desequilíbrio entre importação e exportação. Com efeito, o nosso comércio tem declinado. Este ano também não vai melhor para a agricultura. Todos estes fenómenos reunidos contribuem para que o estado das finanças seja grave, gravíssimo.

Esta questão não é do Governo, nem exclusivamente do partido constituinte, nem do partido progressista, nem do partido regenerador, que não sei se ainda existe, não é do partido republicano. Eu acredito que existe um partido fontista, mas não o regenerador. Mostro, assim, o respeito que tenho pelas altas qualidades do Sr. Fontes Pereira de Melo⁽²⁾. Mas V. Exa. não pode reivindicar para si as glórias do partido regenerador, considerado como aquele que especialmente cuida dos melhoramentos materiais; eu não nego que o Sr. Fontes tenha contribuído poderosamente, por exemplo, para a realização dos caminhos de ferro em Portugal; mas hoje alegar esses melhoramentos materiais como sendo o facto mais importante, eis o que não se pode admitir, porque não há partido algum que não tenha no seu programa os melhoramentos materiais.

(1) Deputado republicano, anteriormente deputado independente, eleito com o apoio do partido progressista.

(2) Chefe de Governo à data, tendo anteriormente exercido funções de ministro da Marinha e Ultramar, da Fazenda e, também, das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

A crise política e financeira em 1890-1892 – caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro

A caricatura constitui um tríptico relativo à caracterização satírica dos anos de 1890, 1891 e 1892.

No ano de 1890, surgem os seguintes elementos: *John Bull*, personificação da Inglaterra; três figuras alusivas, respetivamente ao ano de 1890, ao ano de 1891 e ao ano de 1892; papéis identificados como «Ultimato» e papéis identificados como «tratado/tratados com a Grã-Bretanha em 1890 e em 1891». Inclui a legenda «*Teu avô, o ano de 90, deixou-me papéis velhos...*»

No ano de 1891, surgem os seguintes elementos: duas figuras alusivas, respetivamente ao ano de 1891 e ao ano de 1892; maços de notas emitidas pelo Banco de Portugal e produzidas na Casa da Moeda. Inclui a legenda «*Eu deixo-te papéis novos... Governa-te...*»

No ano de 1892, surgem os seguintes elementos: duas figuras alusivas, respetivamente ao ano de 1891 e ao ano de 1892; maços de notas emitidas pelo Banco de Portugal e produzidas na Casa da Moeda, e a figura de Mariano de Carvalho, ministro da Fazenda à data. Inclui a legenda «*Se não me trocam esta papelada sou um ano encravado.*»

A encimar o tríptico surge representado o Zé Povinho, figura identificativa do povo português, que observa o desenrolar dos acontecimentos nos anos de 1890 a 1892.

1. Na segunda metade do século XIX, a monarquia constitucional (documento 1) caracterizava-se pela
 - (A) concentração dos poderes nas mãos do rei, com a desvalorização da ação da Câmara de Deputados.
 - (B) introdução do sufrágio universal e direto, em substituição do sufrágio censitário e indireto.
 - (C) consolidação do papel da Câmara de Deputados, que tinha o direito de fiscalizar o Governo.
 - (D) manutenção do sistema assente na sociedade de ordens para a escolha dos membros do Governo.
2. Explique, a partir do documento 1, três medidas de política económica com vista ao desenvolvimento do país, nas décadas de 1850 a 1880.
3. Refira três fatores que agravaram o descontentamento face à monarquia, refletidos nos documentos 1 e 2.

GRUPO III

PORTUGAL: DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO AOS PRIMEIROS ANOS DO REGIME DEMOCRÁTICO

Documento 1

População ativa por ramos de atividade (1930-1981) (em milhares)

Nota – O total da população ativa nos anos de 1950, de 1960 e de 1981 apresenta valores aproximados.

Ramos de atividade \ Anos	1930	1940	1950
Agricultura	1237,0	1423,7	1523,1
Pescas	39,4	36,9	46,0
Indústria extrativa	11,0	19,3	25,1
Indústria transformadora	467,8	566,1	757,4
Transportes e comunicações	71,9	83,9	107,3
Comércio	145,4	190,1	255,3
Administração e defesa	88,2	100,9	114,8
Serviços	456,0	354,3	367,4
População ativa (Total)	2516,7	2775,2	3196,5

Ramos de atividade \ Anos	1960	1970	1981
Agricultura	1398,3	965,9	705,3
Pescas	46,8	36,9	32,6
Indústria extrativa	26,2	12,2	18,0
Indústria transformadora	932,5	1009,2	1480,4
Transportes e comunicações	122,2	147,3	191,7
Comércio	308,6	377,2	581,6
Administração e defesa	119,2	155,6	253,0
Serviços	362,0	356,6	586,2
População ativa (Total)	3315,6	3060,9	3848,7

Documento 2

A pirâmide do Corporativismo – a partir do baixo-relevo de Henrique Bettencourt, para o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris (1937)

A pirâmide do corporativismo é representada com seis níveis hierarquizados. No nível superior, encontra-se o Chefe e, no nível imediatamente abaixo, são representados os órgãos de soberania: a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

Nos níveis abaixo, são representados, sucessivamente e de cima para baixo, os seguintes elementos: a Câmara Corporativa, com a inscrição «Os interesses administrativos e económicos estão representados na Câmara Corporativa, bem como os interesses de ordem moral e cultural»; a Corporação, com a afirmação «Na Corporação, os trabalhadores sindicalizados dão as mãos às organizações patronais»; o Trabalho e o Capital, com a inscrição «O Trabalho produz a riqueza em harmonia com o Capital». Na base da pirâmide do corporativismo, está representada a Família, com a afirmação «A Família, núcleo original da Freguesia, é a base do Estado Novo».

Documento 3

Portugal e colónias (1958)

Em 1958, no mapa identificado como «Carta de Portugal Insular e Ultramarino», elaborado por Gaspar de Almeida, desenhador do Ministério do Ultramar, o Estado Novo faz representar cartograficamente os seguintes territórios: Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estado da Índia, com os distritos de Diu, de Goa e de Damão, Macau e Timor. Para cada território, apresenta dados quantitativos relativos à superfície e à população.

O mapa apresenta ainda o planisfério com Portugal e os territórios sob administração portuguesa no Mundo, acima identificados.

**Dificuldades e tensões político-ideológicas no processo
revolucionário – discurso de Vasco Gonçalves⁽¹⁾ (18/08/1975)**

A revolução encontra-se no momento decisivo quando, depois de se ter definido como socialista, pôs claramente a questão central: a do acesso progressivo ao poder pelos trabalhadores. A questão é entre aqueles que querem exercer o poder, no sentido de os ajudarem a tomar o seu destino nas suas próprias mãos, e aqueles que, pretendendo exercer o poder em nome do povo, querem perpetuar a sua exploração. A questão coloca-se entre os que são socialistas nos atos e os que são socialistas nas palavras.

No sistema de capitalismo monopolista de Estado em que se viveu, quantos pequenos comerciantes, industriais e agricultores não foram arruinados e forçados a meterem-se ao caminho da emigração? Nas perspetivas que se abrem hoje, terão um papel importante a desempenhar na construção da nova sociedade, como aliados da vanguarda constituída pelos trabalhadores e pelo Movimento das Forças Armadas.

Neste momento, temos de receber milhares e milhares de portugueses, retornados de Angola. O patriotismo e a solidariedade devem dar-se os braços com estes homens e mulheres que, na sua maioria, também foram vítimas do fascismo.

O desenvolvimento da intervenção do Estado na economia surge como uma necessidade histórica para a solução dos problemas económicos nacionais; a eliminação dos monopólios e latifúndios, as sucessivas nacionalizações e o início da reforma agrária, que abrem caminho à fase de transição para o socialismo, aparecem como um imperativo nacional.

Agora que o fascismo está a levantar a cabeça para recuperar o perdido em 25 de Abril, todos os antifascistas, todos os patriotas, todos os democratas, seja qual for o partido político a que pertencem, devem unir-se numa frente de defesa das liberdades democráticas!

(1) Membro do MFA, liderou os II, III, IV e V governos provisórios, este último de 08/08/1975 a 19/09/1975.

1. O «corporativismo» (documento 2) integra-se num período que, em Portugal, se caracterizou

- (A) pelo direito à formação de partidos políticos e pela realização de eleições livres.
- (B) pelo direito à criação de sindicatos e pela valorização do parlamentarismo.
- (C) pelo carácter totalitário do regime e pela defesa do centralismo democrático.
- (D) pelo sistema de partido único e pela afirmação de valores conservadores.

2. Indique o nome do diploma legal de 1930 que reafirmou Portugal como país colonizador e cuja revogação, em 1951, oficializou a designação de Portugal «Ultramarino» (documento 3).

3. Transcreva dois excertos do documento 4 que, segundo o autor, identificam as forças político-sociais capazes de defender o processo revolucionário de «transição para o socialismo», em 1975.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos da História de Portugal, dos anos de 1930 aos anos de 1980. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

(A) Primeira revisão da Constituição do regime democrático.

(B) Ponte aérea para o regresso de milhares de civis das ex-colónias.

(C) Início da guerra colonial, em Angola.

(D) Plebiscito da Constituição do Estado Novo.

(E) Realização da Exposição do Mundo Português, em Lisboa.

5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Políticas económico-sociais em Portugal: da construção do Estado Novo aos primeiros anos do regime democrático.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- prioridades económicas e sociais do salazarismo, nos anos de 1930 a 1940;
- opções de política económica, de 1945 ao final da década de 1960;
- transformações económicas e sociais, de abril de 1974 a novembro de 1975.

GRUPO IV

DA GUERRA FRIA À ATUALIDADE: GÉNESE E PERSISTÊNCIA DE GRANDES PROBLEMAS MUNDIAIS

Documento 1

O mundo unipolar na perspectiva de George W. Bush⁽¹⁾ – mensagem radiofónica à população dos EUA (março de 2003)

Há 15 anos, o ataque químico contra a aldeia de Halabja permitiu ver os crimes que Saddam Hussein⁽²⁾ não hesita em cometer e o tipo de ameaça que representa para o mundo inteiro. Trata-se de um dos ditadores mais cruéis da História, que está a equipar-se com armas terríveis.

Reconhecendo esta ameaça, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu que Saddam Hussein renunciasse a todas as armas de destruição maciça. O Iraque respondeu com arrogância, adiamentos e má-fé. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Espanha continuam a unir esforços com os restantes países do Conselho de Segurança para enfrentar este perigo comum. Ao longo da última década, tornou-se claro que a falta de ação decisiva por parte do Conselho de Segurança conduziu à tragédia. Temos de reconhecer que certas ameaças são tão graves – e as suas possíveis consequências tão terríveis – que é imperioso eliminá-las, mesmo que tal exija o recurso à força militar.

Sabemos, na sequência de inspeções anteriores, que Saddam ocultou informações sobre os seus arsenais de agentes biológicos e químicos, capazes de matar milhões de pessoas. Sabemos que o regime do Iraque financia e apoia o terrorismo.

As nações livres do mundo enfrentam tempos decisivos. Cabe a cada governo demonstrar se o seu empenho na causa da liberdade e na manutenção da segurança não passa de palavras vãs ou se está disposto a agir na defesa das suas convicções. Quanto ao governo dos Estados Unidos e à coligação que lideramos, não hesitaremos em combater este perigo crescente; queremos proteger-nos, queremos eliminar este regime que apoia o terrorismo, queremos manter a paz no mundo.

(1) Presidente dos Estados Unidos da América entre 2001 e 2009.

(2) Presidente do Iraque entre 1979 e 2003.

O mundo unipolar na perspectiva de Fidel Castro⁽¹⁾ – discurso na tomada de posse para novo mandato como Chefe de Estado de Cuba (março de 2003)

Nunca as nações do mundo inteiro se viram submetidas aos caprichos dos que dirigem uma superpotência, com um poder aparentemente sem limites. Por isso, um número crescente de pessoas protesta contra a ideia de uma tirania universal, participando em gigantescas manifestações em todo o mundo, como ocorreu aquando da anunciada guerra contra o Iraque. Os governos dos dois mais importantes aliados dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Espanha, foram postos em causa, porque as respetivas opiniões públicas, na sua maioria, estão contra esta guerra.

Embora seja verdade que o Iraque cometeu atos injustificáveis, também é verdade que não tem capacidade militar para constituir o menor risco para a segurança dos Estados Unidos e dos seus aliados na zona. A invasão do Iraque será uma guerra absolutamente desnecessária, a que o mundo se opõe, incluindo uma parte importante do próprio povo dos Estados Unidos, se não tiver a aprovação da ONU. A economia mundial, submetida a uma profunda crise, sofreria inevitáveis consequências e não haveria segurança para nenhum país.

A batalha pela paz e pela integridade do Iraque é uma batalha política e não militar. Os únicos beneficiários dessa guerra seriam os fabricantes de armamento ou os que alimentam o impossível sonho de que 6,3 mil milhões de seres humanos, famintos e pobres na sua grande maioria, sejam governados pela força.

O decadente sistema capitalista imperialista, na sua atual etapa de globalização neoliberal, não tem soluções para os grandes problemas da humanidade, que viu quadruplicar em apenas um século o número de habitantes da Terra. Destrói a natureza e multiplica a fome. Diante de perigos políticos e agressões do exterior, jamais esmorecerá a nossa vontade de defender a pátria e o socialismo.

(1) Chefe de Estado de Cuba entre 1976 e 2008, após o exercício de outros cargos políticos a partir de 1959.

1. No contexto geopolítico do mundo bipolar da segunda metade do século XX, Cuba foi um dos países aliados da URSS e envolveu-se diretamente na Guerra Fria, ao

- (A) permitir a instalação de mísseis apontados aos EUA, deixando o mundo à beira da guerra nuclear.
- (B) enviar tropas e material bélico para Angola, apoiando a UNITA no contexto da guerra civil.
- (C) intervir diretamente na Guerra do Vietname, recorrendo a armas químicas contra a população civil.
- (D) produzir a bomba atômica, desafiando os EUA na corrida mundial ao armamento nuclear.

2. Compare as duas perspetivas sobre o mundo unipolar no início do século XXI, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem.
3. Associe cada um dos princípios da «globalização neoliberal» (documento 2, quarto parágrafo), presentes na coluna **A**, ao respetivo efeito negativo, na perspetiva dos seus críticos, que consta da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

Coluna A

- a) Redução da despesa pública
- b) Maximização dos lucros das empresas
- c) Supressão de barreiras alfandegárias

Coluna B

- 1 – Deslocalização da produção por parte das multinacionais e aumento do desemprego.
 - 2 – Privatização de empresas do Estado e cortes nos apoios de carácter social.
 - 3 – Planificação de toda a atividade económica por parte dos Estados e aumento dos impostos.
 - 4 – Bloqueio à produção interna de muitas regiões e crescimento do fosso entre países ricos e países pobres.
 - 5 – Diminuição da população ativa no sector dos serviços e declínio do movimento sindical.
4. Refira, a partir do documento 2, três consequências da degradação ambiental do planeta, considerada um dos «grandes problemas da humanidade» (quarto parágrafo).

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

- | | |
|---------|----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 5 pontos |
| 3. | 5 pontos |
| 4. | 5 pontos |

20 pontos

GRUPO II

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 25 pontos |
| 3. | 20 pontos |

50 pontos

GRUPO III

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 5 pontos |
| 3. | 10 pontos |
| 4. | 5 pontos |
| 5. | 50 pontos |

75 pontos

GRUPO IV

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 25 pontos |
| 3. | 5 pontos |
| 4. | 20 pontos |

55 pontos

TOTAL 200 pontos